

Delfim defende a política salarial

De sucursal de
BRASÍLIA

O presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio Oliveira Santos, afirmou, ontem, após participar de um almoço com o ministro do Planejamento, Delfim Netto, que tão logo haja condições políticas o governo vai aprofundar o exame da proposta de alteração da lei salarial. No entanto, ao ser interrogado sobre o assunto, sem saber das declarações de Oliveira Santos, Delfim respondeu enfaticamente: "Vamos continuar com a nossa fórmula. Não há nada em estudo".

Segundo o ministro do Planejamento, "não há ninguém que discorde de um fato elementar: o salário não pode crescer muito mais do que cresce a taxa de produtividade". Para Delfim, "quando a política salarial causa inflação é porque o salário real cresce mais do que a produtividade. O que se propõe é uma fórmula capaz de manter o salário real, o que é perfeitamente aceitável".

A sugestão levada a Delfim pelo comércio elimina o adicional de 10% sobre o INPC para reajustes de um a três salários mínimos, estabelece a livre negociação na faixa até cinco salários mínimos, fixa o índice de produtividade e prevê o reajuste compulsório semestral sempre que o INPC ultrapassar os 35%.

Delfim não quis opinar sobre a sugestão do ex-ministro do Planeja-

mento. Mário Simonsen, favorável ao retorno da fórmula de reajuste salarial que leva em conta uma inflação futura, estimada pelo governo, e não uma inflação passada, obtida via taxa do INPC. O ministro reiterou não acreditar numa mudança, agora, da fórmula salarial: "Nós estamos vivendo com ela; vamos continuar trabalhando para dominar a inflação." Em seguida explicou que "em algum momento vai se formar um consenso de que é preciso realmente tomar medidas de caráter geral para se fazer a inflação baixar mais depressa".

Indagado se esse momento poderia ocorrer antes de 15 de novembro, Delfim disse que "não há nenhuma ligação entre isso e as eleições. É uma questão de aplicar um pouco de lógica: o governo vai ganhar em alguns Estados e perder em outros. Isso significa que nos Estados onde ele ganhará não haverá inflação e nos Estados onde perderá haverá inflação? A verdade é que se torna cada vez mais urgente o Brasil fazer um acordo com Aristóteles", concluiu.

O ALMOÇO

Do almoço que o ministro do Planejamento ofereceu aos dirigentes da Confederação Nacional do Comércio, reunidos num congresso em Brasília, participaram cinco ministros — os das Comunicações, Indústria e Comércio, Fazenda, Agricultu-

ra e Transportes — seus respectivos secretários gerais e chefes de gabinete, além de pelo menos 30 representantes do segundo escalão dos ministérios.

Delfim, contudo, negou que o almoço tenha representado uma continuidade da homenagem que ele recebeu, no Rio, sexta-feira da semana passada, lembrando que a intenção foi homenagear o comércio. Essa versão foi ratificada pelo presidente do CNC, Antônio Oliveira Santos, destacando que a homenagem foi justa, pois pela primeira vez o comércio se reúne em congresso nacional, do qual o governo, por meio do Conselho de Desenvolvimento Comercial, órgão do Ministério da Indústria e do Comércio, é um dos participantes.

Santos disse que durante o almoço os discursos foram formais e as discussões giraram em torno de vários assuntos, como exportações, dívida externa e juros, mas (e aqui ele se contradiz), nada se mencionou sobre política salarial. Contudo, ele aproveitou a oportunidade para defender a proposta encaminhada ao governo pelo CNC, lembrando que a definição de um índice de produtividade é essencial à normalização de um sistema de reajustes negociados. No caso em que não for possível definir um índice de produtividade, a empresa, segundo a proposta do CNC, poderá tomar como referência a metade da taxa do produto interno do exercício anterior.



Foto Sérgio Borges — Telefoto Estado

O ministro discutiu a crise com empresários do comércio